

# O SÉCULO 18 EM GOIÁS E A VISÃO DE MUNDO BARROCA: DOIS ESTUDOS DE CASO

THE EIGHTEEN-CENTURY IN GOIÁS AND THE BAROQUE WORLDVIEW

Marcos André Torres de Souza\*  
torresdesouza@yahoo.com

**RESUMO:** Este texto procura demonstrar que a experiência humana em Goiás do século 18 estava impregnada da visão de mundo barroca. Nessa discussão, são examinados dois personagens que viveram na região entre os séculos 18 e 19 e suas propriedades: Francisco Xavier Leite de Velasco e o Engenho de Santo Izidro e Joaquim Alves de Oliveira e o Engenho de São Joaquim. Na análise, faz-se o uso combinado de fontes documentais e materiais, estas últimas provenientes de pesquisas arqueológicas realizadas nos dois engenhos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Goiás, século 18, barroco.

**ABSTRACT:** This piece tries to demonstrate that the human experience in eighteenth-century Goiás was embedded in a baroque worldview. In this discussion, two individuals who lived in the region during the eighteen- and nineteen-century are examined, as well as and their properties: Francisco Xavier Leite de Velasco and the Engenho de Santo Izidro, and Joaquim Alves de Oliveira and the Engenho de São Joaquim. In order to achieve this goal, analyses are based in the combined use of documentary and material sources. The material evidence is provided by archaeological investigations carried out in the two aforementioned sites.

**KEYWORDS:** Goiás, eighteen-century, baroque.

## Introdução

O século 18 em Goiás foi rico em significados e expressões. Este texto examina alguns dos nexos e sentidos que permearam a existência nesse período, partindo, para isso, do entendimento de que muitas das ações das pessoas que aí viveram foram orientadas por uma visão de mundo barroca.<sup>1</sup> Na primeira parte do texto, o conceito de decadência, que se tornou um referente de diferentes epistemologias acerca do chamado

---

\* Doutorado em Antropologia pela Universidade de Syracuse, EUA (2010) e pós-doutorado pelo Museu Nacional / UFRJ (2012). Professor adjunto no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>1</sup> O conceito de “visão de mundo” é aqui utilizado no seu sentido antropológico. Na presente análise, esse conceito é entendido como estando associando a uma forma de compreensão de mundo culturalmente constituída, que serve para organizar pensamentos, sentimentos, conceitos, valores e ideias. A respeito desse conceito, ver especialmente: *Culture and personality* (WALLACE, 1961), *World view theory and study* (KEARNEY, 1975) e *The interpretation of cultures* (GEERTZ, 1973).

“século do ouro”, é examinado. Em seguida, são analisados outros aspectos da existência nas minas, igualmente relacionados à visão de mundo barroca, levando em conta, sobretudo, o caso de Francisco Xavier Leite de Távora, rico escravocrata do período, e sua propriedade, o Engenho de Santo Izidro. Na seção final deste texto, é oferecido um contraponto para as discussões propostas por meio do exame da trajetória de Joaquim Alves de Oliveira, nascido em uma época posterior à de Francisco Xavier, e sua propriedade, o Engenho de São Joaquim.

Nas discussões encaminhadas, faz-se o uso combinado das fontes documentais e materiais, estas últimas obtidas em investigações arqueológicas realizadas nos dois sítios mencionados. No que diz respeito às fontes materiais, as discussões focam o exame dos sistemas de canalização da água utilizados nas duas propriedades, que foram empregados tanto para a produção de gêneros quanto para a exploração de ouro.<sup>2</sup> A par dessas informações, essas evidências materiais são relacionadas com a visão de mundo de cada proprietário. Nas análises propostas, é utilizado o conceito de *entanglement*, que pressupõe que as pessoas e coisas estão irremediavelmente conectadas, existindo em um constante fluxo de relações. Nessa abordagem, assume-se que as práticas sociais são estabelecidas em uma relação de codependência com as formas materiais. Um componente importante dessa abordagem se refere ao fato de que o mundo é categorizado e percebido a partir de abstrações que transitam entre o domínio do humano e do não humano. Essas abstrações (ideias, pensamentos, sentimentos e sentidos) vão se relacionar a experiências materiais específicas, formando com elas um conjunto coerente de expressões (HODDER, 2012).

### **O sonho de Derrida: o século 18 e os *Caminhos de Goiás***

Em *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Chaul (1997) examinou o que denominou “estigma da decadência”, uma noção associada ao esgotamento do ouro na capitania, que teria sido, segundo ele, apropriada com fins políticos, de modo a justificar a transição da mineração para a agropecuária e, mais tarde, a penetração de uma desejada modernidade, expressa, sobretudo, no processo de transferência da antiga capital da cidade de Goiás (antiga Vila Boa) para Goiânia. Seu argumento acerca do conceito de decadência – no meu ponto de vista, insustentável – é

---

<sup>2</sup> Uma discussão arqueológica importante sobre o uso da água em Goiás pode ser encontrada em Costa (2011). Nesse trabalho, o autor utiliza-se de uma perspectiva eco-histórica para o exame das Lavras do Abade, uma mineração do século 19 situada em Pirenópolis, Goiás.

que ele não possuía relevância no século 18. Para esse autor, esse e outros conceitos associados a Goiás setecentista, tais como “precariedade” e “isolamento”, seriam representações estabelecidas a partir do século 19 e manifestos, por exemplo, nas queixas sobre a precariedade dos caminhos e pontes que ligavam as vilas e arraiais, e na sensação de isolamento. No seu argumento, os contornos do conceito de decadência teriam sido definidos por meio das lentes dos viajantes europeus que, não reconhecendo indícios da “civilização europeia” em sua passagem por Goiás, teriam retratado a região como atrasada, isolada e em estado de decadência. Segundo ele, esse conceito continuaria com fôlego no século 19, tendo sido utilizado pelos governadores da província na construção de um discurso que objetivava uma virada na vida econômica da região, da mineração do ouro para a agropecuária. Ainda segundo Chaul, a noção de decadência seria renovada pela historiografia goiana no século 20. Baseados em princípios subjetivos de desenvolvimento e progresso, os historiadores teriam reproduzido esse e outros conceitos de forma acrítica, conduzindo-os até as portas do século 21.<sup>3</sup>

A visão de Chaul acerca do século 18 teve um inquestionável impacto acadêmico. Um impacto facilmente identificável é que a produção historiográfica goiana do século 20, capitaneada por nomes tais como Dalísia Doles, Eurípedes Funes, Luís Palacin, Maria Augusta Sant’Anna e Paulo Bertran,<sup>4</sup> passou a ser vista, do ponto de vista epistemológico, com enorme desconfiança e sob um severo olhar crítico. Mas não foi só isso. A crítica desconstrutivista colocou o século 18 sob suspeita, e seus nexos e sentidos internos, até então considerados, foram quase que inteiramente destituídos de significados ou transferidos para uma temporalidade outra. Soma-se a isso o fato de que à desconstrução feita por Chaul não se seguiu um esforço de reconstrução. Um efeito igualmente severo foi a esterilização das reflexões e debates sobre o tema pelas gerações seguintes de pesquisadores, que passaram a ser assombradas por uma espécie de inimigo íntimo,

---

<sup>3</sup> No Brasil, análises como a realizada por Chaul encontram antecedentes no influente estudo feito por Alfredo Wagner acerca da agricultura no Maranhão (ALMEIDA, 2008[1983]). Após um exame minucioso de crônicas, discursos de letrados e relatórios de presidentes de província do século 19, esse autor identificou uma base narrativa comum para a construção da história da agricultura na região que se fundava, segundo ele, numa “ideologia da decadência”. No seu entendimento, esse modelo explicativo terminou tornando-se um obstáculo para a compreensão das condições reais de existência dos grupos sociais envolvidos na produção agrícola na região.

<sup>4</sup> Atenho-me aqui a autores mencionados por Chaul em sua avaliação crítica acerca do conceito de decadência e da historiografia goiana do século 20. Nesse particular, faz referências às seguintes obras: *Formação econômica de Goiás* (BERTRAN, 1978), *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX* (DOLES, 1973), *Goiás: 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária* (FUNES, 1986), *História de uma oligarquia: os Bulhões* (MORAES, 1978), *O século do ouro em Goiás, 1722-1822* (PALACIN, 1994).

produto do seu tempo e da sua cultura.<sup>5</sup> Com sua desconstrução, o século XVIII em Goiás tornou-se, para muitos, uma espécie de quarto escuro, o que terminou provocando o afastamento de muitos projetos de pós-graduação voltados para o tema. A esse respeito, é oportuna a reflexão de Marshall Sahlins acerca do que denominou “terrorismo pós-moderno”, cuja capacidade de intervenção no fluxo de informação, conhecimento e produção acadêmica é inequívoca:

Um dos mais pungentes aspectos do corrente estado de espírito pós-modernista é a maneira como ele parece lobotomizar alguns dos nossos melhores pós-graduandos, sufocando sua criatividade mediante a instilação do medo de vir a cometer alguma conexão estrutural interessante, alguma relação entre práticas culturais, alguma generalização comparativa (SAHLINS, 2004, p.62)

Em Goiás, o desencanto pós-moderno cobrou o seu preço. A desconstrução do século 18 passou a orientar o pouco que foi produzido sobre o período, à exceção de um número muito reduzido de estudos. Desde então, muito pouco foi proposto acerca das experiências, ações, visões de mundo, meios simbólicos, redes de significados, valores ou relações dos que viveram naquele século. A experiência humana no século 18 foi subtraída da agenda de pesquisa.

É interessante notar que, mesmo após a cidade de Goiás ter sido agraciada com o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco, poucos trabalhos foram realizados acerca do século 18, à exceção talvez de estudos sobre a cidade como categoria de memória, o que atraiu a atenção, sobretudo, dos antropólogos.<sup>6</sup> Tampouco tem sido levado em conta o enfrentamento do problema da produção do conhecimento, o que vem sendo feito de forma sistemática em diferentes domínios das Ciências Sociais. Esse enfrentamento tem oferecido importantes ferramentas heurísticas que permitem um olhar mediado entre o que Reed (REED, 2010, p.22) denominou *contexto da investigação* – que diz respeito ao contexto social e intelectual da/o pesquisador – e o *contexto da explicação* – que diz respeito ao contexto que ela/e pretende investigar.<sup>7</sup> Mesmo essas alternativas

<sup>5</sup> Esse “inimigo íntimo” vem recebendo ao longo dos tempos diferentes denominações. Geertz (1973:194), por exemplo, referiu-se a ele como o “paradoxo de Mannheim”.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Lima Filho (2003) e Tamaso (2007).

<sup>7</sup> Partindo da percepção de que o contexto da investigação é socialmente estruturado e de que as estruturas sociais influenciam o conhecimento produzido pela/o pesquisador, uma série de caminhos possíveis tem sido proposta. Essas abordagens indicam que a questão da suposta incomunicabilidade entre o contexto da investigação e o contexto da explicação não produz necessariamente fissuras na produção de conhecimento, podendo, ao contrário, ser usada em seu próprio benefício. Um ponto de partida relevante acerca dessas epistemologias são os conceitos de “estar aqui” (a experiência do pesquisador em seu próprio contexto) e “estar lá” (a experiência de campo), propostos por Geertz (1988) em *Works and lives: the anthropologist as*

não têm sido mobilizadas de modo a permitir uma reação sistemática em face dos desafios colocados pela obra de Chaul.

### O mundo em movimento: um breve reexame do conceito de decadência

O século 18 em Goiás produziu nexos e sentidos que podem ser interpretados tanto nas fontes textuais como nas evidências materiais a ele associadas. Em trabalhos anteriores, propus que a partir do entendimento da visão de mundo barroca seria possível a compreensão de muitos desses nexos e sentidos (SOUZA, 2000,2002). Para esse aporte, o ponto de partida foi o trabalho de José Maravall (1997 [1975]), que não entende o barroco como uma época com limites cronológicos rígidos ou tampouco como um estilo morfológico e decorativo determinado. Para ele, o barroco foi uma cosmovisão, uma categoria êmica historicamente situada. Maravall examinou o barroco em suas conexões com as condições sociais de que dependia, pensando em como diferentes campos (econômicos, políticos, religiosos, artísticos, sociais etc.) coincidem como elementos de uma mesma condição, repercutindo nela e entre si, e respondendo às mesmas necessidades vitais.<sup>8</sup> Em certo sentido, essa abordagem coincide com o que propôs Affonso

---

*author.* Baseado convicção de que há um irreduzível entrelaçamento entre esses dois elementos, Geertz pavimenta o caminho para a interpretação fusionada das ações nesses dois níveis. Apropriando-se das mesmas noções de “perto” e “longe” apontadas por Geertz, Bernstein (1983) oferece em *Beyond objectivism and relativism* outra avenida. Entendendo que existem opções viáveis além da dicotomia objetivismo/relativismo, Bernstein – assim como Reed (2010) – se aproxima das ideias de Geertz, na medida em que propõe o exame fusionado dos contextos da investigação e da explanação, de forma a viabilizar a interpretação e a explanação cultural. Um rebatimento interessante dessa perspectiva na Arqueologia, amplamente escorado nas ideias de Bernstein, pode ser encontrado em *Thinking from things: essays in the philosophy of archaeology* (WYLIE, 2002, p.161-167). Em outra direção, Bourdieu (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) propõe em *An invitation to reflexivity* o amplo exercício da reflexividade para o enfrentamento do mesmo problema. Bourdieu parte do entendimento de que, se o pesquisador puder compreender e representar o contexto da explanação por meio de um recursivo retorno às suas ações, será capaz de monitorá-las e reorientá-las. Em uma direção, em certo aspecto similar a Bourdieu, Harding (1991) propõe em *Whose science? Whose knowledge?* o que denominou “forte objetividade”, que envolve o exame sistemático, pela/o própria/o pesquisador, das suas referências de fundo. Sua abordagem, todavia, amplia o escopo desse exercício hermenêutico, na medida em que sugere que se levem em conta as experiências ligadas àquelas/es que foram deixadas/os de lado na produção do conhecimento. Mais recentemente, a Antropologia simétrica tem não só questionado muitos postulados da pós-modernidade como também abraçado muitos elementos do realismo científico. A esse respeito, ver especialmente *Pandora's hope. Essays on the reality of science studies* (LATOURET, 1999), em que, por meio de uma elaboração metodológica muito perspicaz, Latour declara como falsa a separação ontológica entre linguagem e mundo, ponto em xeque as dicotomias que têm marcado o pensamento pós-moderno.

<sup>8</sup> O autor assinalou que seu ponto de vista foi a Espanha, mas que, todavia, procurou retratar o barroco em seus traços mais gerais. Convém considerar, a perspectiva espanhola pode ser útil para se pensar o caso brasileiro em pelo menos dois aspectos: o primeiro diz respeito ao fato de que, conforme assinalou o próprio

Ávila (1971), um dos mais influentes pesquisadores do barroco brasileiro. Para ele, esse não foi só um estilo artístico, vindo a se relacionar de forma muito próxima com as complexidades sociais do Setecentos.

À primeira vista, evocar o barroco para pensar o caso de Goiás do século 18 pode parecer arriscado. Do ponto de vista arquitetônico e artístico, tem-se assinalado que os poucos remanescentes associados ao período e hoje existentes são considerados esparsos e descontínuos (SALGUEIRO, 1983, p.27), tornando incertas as tentativas de uma caracterização quanto às preferências artísticas de Goiás setecentista.<sup>9</sup> O entendimento aqui, todavia, é que, a despeito da presença ou ausência de remanescentes de excelência artística da arte e arquitetura barrocas em Goiás, há indícios inequívocos de que, assim como em outras partes do Brasil, ele se fez presente.<sup>10</sup>

Levando em conta os aspectos mais diretamente relacionados aos propósitos deste texto, é importante retomar o conceito de “decadência”, que, na verdade, traz sua força do século 18. Inicialmente, convém considerar que as queixas acerca da decadência estiveram presentes em Goiás desde sempre. Por exemplo, em 1731, apenas cinco anos depois da descoberta de ouro na região, o termo já era empregado, tendo sido mencionado pelo vice-rei em correspondência ao governador de Pernambuco, ao assinalar que “as minas de Cuiabá e Goyazes ameaçam decadência, e o certo é que só as Gerais são seguras”<sup>11</sup>; e, se essa posição pessimista é pertinente para o caso de Mato Grosso, onde o ouro se exauriu com incrível rapidez, pode ser considerada um tanto quanto prematura para Goiás. Em outra situação, no ano de 1752, o governador da capitania, D. Marcos de Noronha, também sinalizava para o esgotamento das minas, registrando que “a experiência faz conhecer claramente que nelas vai havendo grande decadência, tanto pela falta de novos descobertos de ouro, como pela diminuição que têm os jornais dos

---

Maravall (1997, p.53), é nesse país onde se distinguem os seus traços mais distintivos, e de onde um barroco maduro irá se irradiar; o segundo aspecto diz respeito ao fato de o barroco ter chegado a Portugal sobretudo por meio de uma influência espanhola em Braga, no período compreendido entre cerca de 1670 e 1680 (BAZIN, 1971, p.27)

<sup>9</sup> Essa incerteza está refletida nas concepções sobre a obra de Veiga Valle, criador, já no século 19, de imagens religiosas que se caracterizam por não serem bem conhecidos os seus predecessores e contemporâneos artísticos. Sua produção, que tem certo caráter híbrido, dividindo-se entre influências rococós e neoclássicas, é tida como singular e isolada (SALGUEIRO, 1983, p.25-27).

<sup>10</sup> Tem-se assinalado que a penetração do barroco no Brasil ocorreria de forma tardia, a partir de cerca de 1740, sobretudo nas áreas de mineração, enquanto na Europa, a essa época, ele já tinha experimentado franco declínio. Acerca da penetração do barroco nas áreas mineratórias do Brasil, ver especialmente *O lúdico e as projeções do mundo barroco* (ÁVILA, 1971), *Iniciação ao barroco mineiro* (ÁVILA; SANTOS, 1984), *Arte no Brasil* (BARDI, 1982), *Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil* (BAZIN, 1963), *O Aleijadinho* (BAZIN, 1971), *Arquitetura e arte no Brasil colonial* (BURY, 2006), *Barroco mineiro* (MELLO, 1985), *O barroco como conceito* (SILVA, 1998).

<sup>11</sup> Citado em Chaim (1983, p.28).

escravos”.<sup>12</sup> Um ano depois, justamente quando, segundo Palacin (1995, p.87), a produção do mineral em Goiás atingiu o seu ponto mais alto, o mesmo governador assinalava que o arraial de São Félix estava “decadente”, motivo pelo qual sugeria que aí fosse implantada uma casa de fundição, a fim de torná-lo mais populoso.<sup>13</sup> Os exemplos são muitos e ignorá-los é um exercício que se presta bem apenas se desejamos manter o século 18 destituído dos seus sentidos internos.

A antecipação e anúncio da decadência, que tanto impressionou os historiadores que mergulharam a fundo nas fontes do período, podem ser explicados na ótica do seu próprio tempo. Conforme assinalou Maravall (1997, p.286-287), a cultura do barroco associou-se a um despertar para o fato de que todas as coisas estão em movimento, que elas são transitórias e a realidade, mutante. A transitoriedade tornou-se patente. Mobilidade, mudança, inconstância: todas as coisas passaram a ser entendidas como passageiras; tudo escapava e mudava. Dentro dessa concepção, o movimento natural das coisas tinha uma fase de ascensão e outra de declínio, o que em muito se identificava com o sentimento coletivo de pessimismo que se avizinhou depois da crise experimentada em boa parte da Europa a partir da primeira metade do século 17. Da ciência à moral, tudo falava aos homens e mulheres do barroco, tudo parecia se mover, tudo parecia escapar e mudar. Segundo Maravall (1997, p.287), a ideia de que todas as coisas estão em movimento é o princípio fundamental que rege a visão de mundo barroca. Na arte, esse princípio foi levado às últimas consequências e expresso por meio de representações que acentuam estados de ânimo passageiros, circunstâncias fugazes e a incerteza nas ações humanas. A essa percepção de transitoriedade de todas as coisas, fez-se acompanhar um sentimento de pessimismo, noção que também ajuda a explicar a visão que em Goiás as pessoas tinham acerca do esgotamento do ouro e do anunciado processo de recessão econômica na região. A Figura 1 mostra uma pintura do artista barroco italiano Salvator Rosa denominada *A ponte*, que é ao mesmo tempo oportuna e emblemática se examinada à luz do caso goiano. Nessa imagem se vê um pequeno grupo a cavalo atravessando perigosamente uma ponte em ruína, cujo sucesso, dada a precariedade da estrutura, parece bastante duvidoso. Essa ação é emoldurada por uma paisagem ameaçadora, composta por rochas íngremes e pontiagudas, de superfície áspera, e por árvores castigadas pelo tempo, elementos que pouco contribuem para que o observador tenha um sentimento de confiança na empreitada. A ideia de impossibilidade na travessia se apresenta em um cenário de completa decadência, expresso não só por uma ponte em estado precário e pelo ambiente à sua volta, mas também pela presença discreta de ruínas encimando a formação rochosa. Esse recurso, muito comum na época do barroco, valia-se

---

<sup>12</sup> Carta do governador D. Marcos de Noronha à Corte, 1752, citada em Palacin et al. (1995, p.91).

<sup>13</sup> Carta do governador D. Marcos de Noronha à Corte, 9.4.1753, citada em Chaim (1983, p.24).

de uma evocação ao mundo antigo, utilizada como recurso retórico de modo a acentuar a decadência e o colapso. Se considerado o olhar do pintor, o que se vê aqui não é um europeu que encontra traços de um povo supostamente incivilizado em terras distantes, cujo estado de atraso pode ser expresso por caminhos precários e pontes em ruínas, tal como postulava Chaul para a suposta construção da decadência pelos viajantes que retrataram Goiás. O que se vê é um homem do seu próprio tempo, angustiado pelo inevitável colapso de todas as coisas e pelos efeitos inexoráveis da decadência. Da sua tela exala uma impressão pessimista do destino humano.



**Figura 1** – *A ponte*, Salvator Rosa, Palácio Pitti, Florença, Itália.

Levando-se em conta esses argumentos, o entendimento aqui é que o conceito de decadência em Goiás do século 18 teve tanto presença como relevância para as mentes do seu tempo. Esse foi um conceito forjado *pelos* pessoas do seu tempo e *para* essas mesmas pessoas, associando-se a uma percepção pessimista do destino humano. Entende-se aqui que esse conceito, dada sua importância, terminaria, com o passar do tempo, propagado em diferentes direções. Impressionados pelo tom de pessimismo que caracterizou Goiás ao longo de todo o século 18, os viajantes que por lá passaram a partir do início do século seguinte terminaram reproduzindo essa visão em seus textos. Em outra instância, o conceito de decadência terminaria capturado, em proporcional magnitude, pela

historiografia goiana, cujo olhar atento não deixou escapar sua relevância e inserção histórica.

### **A pérola imperfeita: Francisco Xavier e o Engenho de Santo Izidro**

A fim de avançar nessa discussão, é interessante considerar o caso de Francisco Xavier Leite de Távora (depois Francisco Xavier Leite de Velasco<sup>14</sup>), morador de Vila Boa, e sua propriedade, denominada Engenho de Santo Izidro.

Sabe-se que Francisco Xavier tinha ascendência ligada à nobreza de sangue portuguesa. Sua origem exata, no entanto, não é conhecida.<sup>15</sup> É incerta também a data de sua chegada a Goiás. Sabe-se, todavia, que em 1744 ele já residia na capitania, momento em que recebeu a patente de capitão-mor.<sup>16</sup> Foi possivelmente pouco tempo depois dessa data que adquiriu o Engenho de Santo Izidro, situado na região conhecida, no século 18, como “de trás da Serra Dourada”, hoje ocupada por parte dos municípios de Mossâmedes e Itaberaí.<sup>17</sup>

O mundo barroco atravessou a vida de Francisco Xavier em muitos sentidos, a começar pela constante turbulência e agitação envolvidas com suas ações, fossem elas

---

<sup>14</sup> Sob a acusação de ter atentado contra o rei D. José I, alguns membros da família Távora foram executados em praça pública no infame episódio conhecido como “o suplício dos Távora”. Além dessa punição, todos os demais membros dessa família viram-se impedidos, por meio de uma determinação de 1759, de usar o sobrenome da família, razão pela qual Francisco Xavier passou a utilizar o sobrenome Velasco (PINHEIRO, 2003, p.106-107, p.117-119).

<sup>15</sup> Francisco Xavier era filho de Domingos Rodrigues Távora e Francisca Maurícia de Velasco e Molina, casados em 1702 (BARATA; BUENO, 1999). Há registros de que seu pai ocupou o cargo de escrivão no Rio de Janeiro (LISBOA, 1835, p.312) e de juiz de fora (AZEVEDO, 1969, p.170).

<sup>16</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Mercês de Doc. João V, liv. 34, f.485.

<sup>17</sup> As informações conhecidas sobre os momentos iniciais do Engenho de São Joaquim são obscuras. Conforme indica um requerimento feito por Joaquim Pereira de Velasco e Molina, essa propriedade teria sido arrematada por Francisco Xavier. Em uma certidão anexada a esse mesmo requerimento, não há menção ao engenho. Todavia, consta a informação de que Francisco Xavier arrematou todos os bens do espólio de Manoel Souza, que morreu intestado (Ofício à corte do comandante do regimento de cavalaria de Goiás, Joaquim Pereira de Velasco e Molina, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, N.23, 30.7.1794, CD-ROM). Assim, uma hipótese razoável é que o engenho tenha sido construído por Manoel Souza e, após sua morte, adquirido por Francisco Xavier. Um complicador nesse processo é que Francisco Xavier teria feito esse arremate com recursos do espólio de seu finado cunhado, Antônio de Araújo Lanhoso, que foi o primeiro intendente da fazenda em Goiás, nomeado em 1733 (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo, vol. 41-43, 1902, p. 70), e capitão de ordenanças (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 34, f.485). Após a morte de Lanhoso, por volta de 1744, Francisco Xavier passou a administrar a parte referente a seus filhos, ainda menores, e teria usado parte dos bens por ele administrados na aquisição do engenho.

reais ou imaginadas. Nesse particular, sua trajetória tem um enorme paralelismo com a forma pela qual Goiás se apresentava a muitos que aí viveram durante o século 18: corrupção, comércio ilícito, desordens, arbitrariedades e favorecimentos foram aspectos sempre acentuados, tanto na capitania quanto na sua vida. Francisco Xavier foi, por exemplo, um dos atores do escandaloso esquema de corrupção estudado por Palacin (1983) e que envolveu o governador de Goiás Álvaro Xavier Botelho de Távora, que comandou a capitania entre 1755 e 1759, e outras figuras importantes da capital, Vila Boa. O papel atribuído a Francisco Xavier nesse esquema – o que lhe rendeu uma reprimenda oficial – foi o de importar escravos da Bahia para Goiás utilizando-se, por um lado, de recursos do Real Erário, tomados por empréstimo de forma ilícita para a compra dos cativos em Salvador, e, por outro, da sua posição de capitão-mor na organização dos comboios de africanos que deveriam ser enviados daquela capital. Segundo seus delatores, essa atividade lhe rendeu avultados lucros, uma vez que os escravos eram vendidos por altíssimos preços e geralmente a crédito, o que acarretava a incidência de pesados juros.<sup>18</sup> O capitão-mor foi também acusado de favorecimentos. Lançando mão de seu prestígio e da autoridade investida pelo seu cargo, teria influenciado a nomeação daqueles que a ele eram simpáticos.<sup>19</sup> Francisco Xavier seria acusado também de ser responsável por uma série de arbitrariedades e perseguições. Por exemplo, teria ele, em certa ocasião, mancomunado com um padre, dado ordens para excomungar um inimigo, pena que, considerada gravíssima no período, implicava uma série de privações na vida religiosa e social.<sup>20</sup> Foi acusado também de ordenar escravos de sua confiança a fazer ameaças, espancar e cometer crimes, o que teria causado verdadeiro terror aos seus opositores.<sup>21</sup> As ações arbitrárias de Francisco Xavier teriam se estendido à administração do seu engenho, como sugere um dos feitores dessa propriedade, João Roiz Bento, que lá trabalhou a partir

---

<sup>18</sup> Segundo Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, secretário do governo de Goiás, Francisco Xavier e seus associados tinham por praxe “introduzirem comboyos de negros, com os quais desipáo estes povos de que se seguem dous irreparaveis danos, hé a tirarem dos reays cofres o cabedal q querem p<sup>a</sup> pagarem os comboyos (...) [e] o venderem-se os tais negros destes ministros aos povos q compram timidos de violencia e vexados q certamente experimetaráo, e como fazem as compras por preços exorbitantes seguem pagando [sem pena dos que os] executáo; e não podendo pagar, vendem os mesmos escravos p muyto menos preços e sucede venderem também muytos outros dos q já tinham p<sup>a</sup> poder suprir a demenuição do avultado preço por q compraráo”. Nesse negócio, segundo Tomé Mascarenhas, era Francisco Xavier quem mandava trazer os comboios e quem realizava as cobranças (Ofício à corte do juiz ordinário de Vila Boa, José Ribeiro da Fonseca, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 948, 30.12.1759, CD-ROM).

<sup>19</sup> Carta à corte do secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1117, 23.12.1762, CD-ROM.

<sup>20</sup> Ofício à corte do secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1042, 15.5.1761, CD-ROM. Acerca da excomunhão, ver Santos (2012, p.179).

<sup>21</sup> Ofício à corte do secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1042, 15.5.1761, CD-ROM; Carta à corte do secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1117, 23.12.1762, CD-ROM.

de 1754. Bento foi arguido durante uma sindicância visando apurar os limites e condições de produção da propriedade, muitos anos após a morte do capitão-mor. Quando indagado sobre os limites da propriedade, respondeu que “a extensão do terreno não se pode arbitrar por ter sido feita no tempo do capitão-mor Francisco Xavier Leite de Velasco a quem pelo seu respeito ninguém se opunha e que pela mesma razão se utilizava de todas as terras que o rodeava”.<sup>22</sup>

Francisco Xavier estava imerso numa atmosfera, típica do pensamento barroco, na qual todo o drama da experiência humana podia ser conduzido aos seus limites mais perigosos. A visão barroca suscitava um mundo em desordem íntima, na qual todos se sentiam submergidos. A existência era tida como trágica: perdem-se vidas, destroem-se propriedades, abandonam-se lugares. As desordens morais e econômicas são vistas como grandes forças capazes de sacudir tudo à sua volta. Falava-se em uma “loucura do mundo”, não só imaginada, mas também inspirada por situações concretas apresentadas a todos e por todos apresentada. Reconhecia-se também que, nesse cenário, não era fácil para o rei evitar as desordens e danos (MARAVALL, 1997, p.247-250). Conforme pontuou Maravall (1997, p.262), a denúncia das qualidades negativas do ser humano, que oscilava entre assinalar seu egoísmo, sua malignidade, ou sua depravação, talvez nunca tenha se difundido tanto quanto na época do barroco. Nesse contexto inserem-se não só as ações de Francisco Xavier, mas também as mazelas rotineiramente apontadas na documentação referente ao período e reproduzidas pelos historiadores goianos, incluindo os descaminhos do ouro, a resistência à autoridade administrativa, militar e política, a corrupção dos costumes, o nepotismo, a improbidade administrativa, a depravação do clero etc. Palacin (1983, p.28) foi um dos autores que perceberam na documentação do período o peso dado a esses aspectos, assinalando, por exemplo, que “o governo se comprazia masoquistamente em lembrar e exagerar os crimes cometidos pelas autoridades e funcionários em Goiás”.

Uma faceta do sentimento de desordem íntima era costumeiramente expressa por meio da violência: violência nas guerras, nas práticas penais, nas práticas privadas, nos homicídios e nos demais delitos. Em decorrência disso, as pessoas do barroco eram agônicas, de existência sombria, em combate consigo mesmas, o que levava à concepção de que do seu interior podiam brotar as mais diversas manifestações violentas. Todos viviam em tocaia, era o “homem à espreita”, tal como o concebia a mentalidade barroca. Desse modo, era colocada em relevo toda forma de atrocidade humana. Esse traço da cultura do período pode ser exemplificado pela tela de Rembrandt mostrada na Figura 2,

---

<sup>22</sup> Auto de perguntas feitas a João Roiz Bento, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, N.23, 30.7.1794, CD-ROM.

que retrata Sansão no momento em que estava sendo preso e cegado. A tela do pintor holandês apresenta elementos óbvios da arte barroca: o contraste acentuado entre claro e escuro, usado de modo a pôr em relevo algumas figuras e a ocultar outras, a penetração de um feixe de luz, vindo de um exterior infinito, e a agitação característica dos movimentos, de forte apelo cênico. O ponto central da tela é, no entanto, a exposição pujante da violência com que são vazados os olhos de Sansão. Em uma interpretação do Velho Testamento, os tempos bíblicos são traduzidos como uma época cruel e hostil. Esse gosto pelo que Maravall (1997, p.265) denominou “truculência sangrenta” ajuda-nos a compreender os relatos cruentos e exageradamente explícitos das violências cometidas por Francisco Xavier e, num âmbito mais abrangente, em Goiás do século 18.<sup>23</sup>



**Figura 2** – *A cegueira de Sansão*, Rembrandt Harmenszoon van Rijn, 1636.

Um episódio envolvendo Francisco Xavier e um escravo de nome Cuiabá permite explorar esse tipo de entendimento do mundo por outro ângulo. Alguns anos antes de 1761, o capitão-mor arrematou os bens da herança de Francisco Alemão de Sisneiros,

<sup>23</sup> Um exemplo bem conhecido é o dos casos reportados por Silva e Souza (SOUZA, 1849, p.438-439), que incluem episódios bárbaros de assassinato, atos de resistência à Justiça e perseguição em diferentes partes da capitania. Os casos descritos por Silva e Souza seriam mais tarde, em 1863, repetidos em outras palavras por Alencastre (1979, p.111) em sua obra *Anais da província de Goiás*, em que, tomado de subjetivo assombro e indignação, marcou sua posição diante desse quadro: “fatos se dão entre os novos povoadores de tamanho canibalismo que a barbaridade do selvagem não pode servir de comparação e exemplo”.

morador da capitania. Cuiabá, que foi escravo de Sisneiros, havia sido quartado<sup>24</sup> pelo seu proprietário quando este ainda era vivo, desejava pagar o seu valor a fim de alcançar a liberdade e, assim, eximir-se da condição de cativo de Francisco Xavier. Contudo, o capitão-mor negou-se a conceder-lhe esse direito. Resistindo à decisão que lhe foi imposta, Cuiabá escondeu-se na região. Insatisfeito com a decisão do capitão-mor e temeroso pela sua vida, já que este oferecera uma recompensa de meia libra de ouro para quem o matasse, o escravo deixou a região e se refugiou na freguesia de Crixás, distante de Vila Boa mais de 220 quilômetros. Decidido a capturá-lo, o capitão-mor enviou a seu encalço um dos seus feitores. Localizado, o escravo se recusou a deixar a casa onde se abrigava e houve troca de tiros. O feitor então usou do expediente de atear fogo na edificação e, ao ser forçado a deixar seu refúgio, o escravo foi baleado, morto e decapitado. Para que tivesse a cabal certeza da morte do escravo, Francisco Xavier teria pedido que o feitor levasse a cabeça de Cuiabá à sua presença. Feito isso, ordenou que ela fosse exposta na saída da vila, no caminho que levava à sua propriedade.<sup>25</sup>

Esse interesse pela espetacularização exacerbada da morte e pelo desejo em presenciá-la encontra, assim como outras situações examinadas neste texto, paralelo com a visão de mundo barroca. A fim de avançar no entendimento desse tipo de prática, pode ser útil considerar a pintura de Jan Fyt mostrada na Figura 3, que, metaforicamente, serve de referência importante para o entendimento da decisão tomada por Francisco Xavier de expor a cabeça de seu escravo. Essa tela mostra um gênero que se tornou bastante popular no período: as cenas de caça. A tela de Jan Fyt, que foi um dos maiores expoentes desse tipo de pintura, apresenta uma composição com vários animais abatidos, expostos como troféus. A ideia de movimento – comum nas pinturas barrocas – é sugerida pela presença de três cães de caça em ativa interação com outros elementos presentes na cena. O que captura nosso olhar nessa ação é, todavia, a exposição dos animais mortos, ao mesmo tempo tumultuada, dramática e violenta, revelando ossos quebrados e marcas de sangue em diversos pontos. Essa tela expõe com veemência um traço específico do barroco: a exibição exagerada de marcas da violência sem que se levassem em conta os aspectos morais e éticos implicados nessa exposição. Ao examinar o tratamento dispensado aos animais na Europa, Thomas (1988, p.170-197) assinalou que esse tipo de preocupação só começaria a ser objeto de atenção naquele continente a partir da virada

---

<sup>24</sup> O escravo “quartado” era aquele que realizava um acordo com o seu proprietário para que sua alforria fosse paga em períodos de quatro anos ou mais. Estando quartado, o escravo recebia uma “carta de corte” que lhe permitia, então, viver de forma autônoma (Paiva citado em SÁ JUNIOR, 2010, p.135).

<sup>25</sup> Ofício à corte do secretário do governo de Goiás, Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1042, 15.5.1761, CD-ROM. Recursos dessa natureza, convém considerar, não eram exclusivos do capitão-mor. O mais conhecido exemplo desse tipo de prática foi a infame morte de Tiradentes, que também teria sido decapitado, tendo a cabeça exibida em praça pública.

para o século 19, quando os maus-tratos aos animais passaram a ser vistos como tirânicos e abusivos. Essa despreocupação pode ser estendida ao tratamento dispensado aos escravos no século 18. Assim como em outros períodos, eles foram objetificados e destituídos de sua humanidade, mas não só isso. O século 18 foi o período no qual a administração dos escravos atingiu o ápice no que diz respeito à sua severidade (MARQUESE, 2004), o que ajuda a explicar a exposição pública dos remanescentes do escravo Cuiabá promovida por Francisco Xavier. Em última instância, o gosto pelas marcas desmedidas da violência pode ser entendido como tendo um caráter disciplinador, voltado para a repressão e para a sujeição. A exposição dessas marcas tinha por objetivo, segundo Maravall (1997, p.266-268), “pôr às claras a condição humana para dominá-la, contê-la e dirigi-la”, valendo-se, para isso, de um mecanismo psicológico que visava chocar e perturbar. A isso ele chamou “pedagogia barroca da violência”.



**Figura 3** – *Troféus de caça*, Jan Fyt, 1649.

Ao ordenar a morte do escravo Cuiabá, Francisco Xavier pretendia também prevenir qualquer tipo de vingança, resguardando-se, assim, de qualquer ameaça futura à sua integridade, conforme assinalou o relator desse episódio.<sup>26</sup> Ao que parece, essa

<sup>26</sup> O autor do documento afirma que Francisco Xavier ordenou que seu escravo fosse executado “temeroso do referido negro procurar-lhe futuram<sup>e</sup> mandando-lhe matar” (Ofício à corte do secretário do governo de

preocupação tinha bastante fundamento, na medida em que as evidências apontam a existência de uma forte tensão entre Francisco Xavier e seus escravos, tensão essa que culminaria na sua morte, em 1767. Conforme se apurou, ele foi morto a tiros na sede do seu engenho por dois dos seus escravos mais próximos: “um delles creoulo que lhe escrevia os particulares e outro Angola muito da sua confiança”.<sup>27</sup> Um deles confessou também ter sido o responsável, quando contava apenas 15 anos de idade, por promover um incêndio no engenho alguns anos antes.<sup>28</sup>

Um traço marcante da visão de mundo barroca é que ela envolveu muitos paradoxos. Seu caráter festivo e alegórico é certamente um deles. Exemplo disso são as inúmeras e ostentosas festas públicas realizadas em Goiás durante o século 18.<sup>29</sup> Essas celebrações escoravam-se no interesse pelo drama essencial do destino humano, que não era só voltado ao medo, dor, violência e sofrimento, mas também ao amor, alegria e diversão (BAZIN, 1993, p.23). Em situações dessa ordem, a mente barroca servia-se das suas reservas de conservadorismo e, acima das misérias humanas, afirmaria a concordância de elementos opostos, e não porque quisesse eliminar os males, mas porque os adaptava. No fim das contas, a mente barroca estava sempre disposta a uma moral da acomodação, escamoteando seus conflitos e antagonismos (MARAVALL, 1997, p.258-259).

O lado ostentativo e alegórico do barroco podia se associar também à afirmação simbólica das prerrogativas do poder. É lugar-comum identificar o barroco com a arte do absolutismo. Ele se baseava em um regime de privilégios, dando origem ao que Bazin (1993, p.289) denominou uma “filosofia da eminência”. A nobreza interessou-se em chamar para si uma grandiosidade que ultrapassava o normal, reclamando respeito e pompa (WEISBACH, 1934, p.15). Um exemplo desse interesse pode ser encontrado no testamento de Francisco Xavier. Nesse ato solene, preocupou-se o capitão-mor em

---

Goiás, Tomé Inácio da Costa Mascarenhas, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1042, 15.5.1761, CD-ROM).

<sup>27</sup> Ofício à corte do ouvidor-geral de Goiás, desembargador José de Araújo e Souza, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1486, 26.2.1768, CD-ROM).

<sup>28</sup> Ofício à corte do governador de Goiás, João Manuel de Melo, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 1517, 24.6.1768, CD-ROM).

<sup>29</sup> Por exemplo, a comemoração feita em Vila Boa em homenagem a José de Almeida Vasconcelos, governador nomeado em 1772, durou cinco dias e primou pela ostentação. Houve asseio e luzimento, recitaram-se várias obras poéticas, houve cavalhadas e danças, vindo a culminar com fogos de artifício no dia de Nossa Senhora e saraus no palácio de governo. Um ano depois, a festa de Pentecostes realizada em Santa Luzia contou com 34 sacerdotes, apresentando o mesmo caráter alegórico e ostentatório. Nas palavras de Joseph de Mello Álvares (1837- 1912), “além dos fogos artificiais, cavalhadas, corras e dançarás, foram levadas ao cenário duas comédias de gosto e a tragédia de Ignez de Castro, a produção admirável, a verdadeira glória do Horácio português, Antônio Ferreira” (BERTRAN, 1997a, p.12-13). Para o caso das celebrações de cunho barroco em Minas Gerais, ver *O lúdico e as projeções do barroco* (ÁVILA, 1971) e *Desclassificados do ouro* (SOUZA, 1990, p.20-26).

assegurar para o seu sobrinho, Joaquim Pereira de Velasco e Molina, pessoa a quem mais expressava apreço,<sup>30</sup> todas as roupas de seu uso e trajes que se prestassem aos serviços de administração. Preocupou-se, ainda, em assinalar que para o sobrinho deixava tanto os trajes guardados na sua casa da vila quanto no engenho, até mesmo aqueles que possuíam ouro e prata.<sup>31</sup> Ao expressar de forma direta a vontade de passar para Joaquim peças do seu vestuário, Francisco Xavier deixa transparecer a importância das alegorias barrocas e de seu papel como símbolo de proeminência social, expressos pelo valor implícito das suas vestes. Essa preocupação associa-se a um tipo de nobiliarquia que viria a se constituir em Goiás e não se baseava em uma “nobreza de sangue”, mas sim em uma “nobreza de funções”. Conforme assinalaram Moraes e Pereira (2014), a condição colonial em Goiás abriu espaço para um tipo de nobreza que era adquirido por meio da prestação de serviços ao monarca. É nesse contexto que o valor alegórico dessa indumentária – sobretudo aquela usada nos serviços da administração – pode ser entendido.

O Engenho de Santo Izidro materializou, em muitos sentidos, a visão de mundo de Francisco Xavier e seu tempo e, dessa forma, merece aqui também ser considerado. A data de criação desse engenho não é clara. É certo, todavia, que ele foi seu proprietário até a morte, em 1767. Depois disso, o engenho passou às mãos dos seus herdeiros, tendo sido administrado, na maior parte do tempo e até a virada para o século 19, pelo seu sobrinho, Joaquim Pereira de Velasco e Molina,<sup>32</sup> que partilhava com Francisco Xavier a mesma visão

---

<sup>30</sup> Não existem registros conhecidos de que Francisco Xavier tivesse descendentes diretos, e o sobrinho foi aquele que mereceu maior atenção do capitão-mor em seu testamento. O apreço e a confiança demonstrados por Francisco Xavier em relação ao seu sobrinho aparecem também em uma carta escrita por Ana Maria de Velasco. Ao solicitar que Joaquim administrasse o engenho após a morte de Francisco Xavier, sua tia Ana Maria pediu-lhe que cuidasse “da conservação dessa grande fazenda que só de vossa mercê fiava seu tio, pela experiência q vossa mercê tinha” (carta de Ana Maria de Velasco a Joaquim Pereira de Velasco e Molina em 29.7.1770, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, 30.7.1794, CD-ROM).

<sup>31</sup> Transcrição do testamento de Francisco Xavier Leite de Velasco, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, N.1, 30.7.1794, CD-ROM.

<sup>32</sup> Após a morte de Francisco Xavier, em 1767, o Engenho de Santo Izidro foi envolvido em uma disputa judicial acerca da herança do capitão-mor e do espólio de seu cunhado, Antônio de Araújo Lanhoso, do qual ele era inventariante. Essa disputa incluiu, além de Joaquim Pereira de Velasco e Molina, a irmã do capitão-mor e viúva de Lanhoso, Ana Maria de Velasco, e o filho de Ana Maria, Antônio Joaquim de Araújo Velasco. Esse imbróglio teve seu desfecho em 1794, quando a propriedade foi sequestrada pela Coroa em função de uma série de dívidas não salgadas. Durante a disputa, o engenho foi administrado na maior parte do tempo por Joaquim Pereira de Velasco e Molina, à exceção do período compreendido entre 1768 e 1770, quando foi administrado por Antônio Velasco (Ofício de Joaquim Pereira de Velasco e Molina à Corte, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, 30.7.1794, CD-ROM). Mesmo após o sequestro, Joaquim teria continuado à frente da administração da propriedade, que, a essa altura, já contava com escravaria muito reduzida (Consulta do Conselho Ultramarino à Rainha acerca de consulta de Rosa Maria de Velasco Molina, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2453, 22.12.1798, CD-ROM). Após o ano de 1806, o engenho, já quase inteiramente arruinado, passou à administração de diferentes arrendatários (Auto de inventário do Engenho de Santo Izidro, Acervo do IPEHBC, 16.9.1828), até seu abandono, no fim da segunda década daquele século.

de mundo e status social.<sup>33</sup> O engenho contava com numerosa escravaria, somando mais de 150 cativos, o que serve de indicador da proeminência social e econômica do capitão-mor. Após sua morte, o engenho foi paulatinamente dilapidado e sua escravaria, drasticamente reduzida, até ser finalmente abandonado, por volta de 1830.<sup>34</sup>

Esse engenho vem sendo objeto de pesquisas arqueológicas no âmbito de um projeto de longa duração voltado para a investigação da Diáspora Africana em Goiás, o que tem permitido o diagnóstico de um conjunto de estruturas ligadas ao transporte de água nessa propriedade, que estão profundamente imbricadas com a visão de mundo dos seus proprietários. A Figura 4 mostra a planta do Engenho de Santo Izidro, indicando a localização aproximada da sede, engenho de cana e senzalas (Figura 4, A-C), conforme sugerem as investigações arqueológicas aí realizadas.<sup>35</sup> No trabalho de mapeamento das estruturas remanescentes em superfície, foi identificada também uma rede de transporte de água destinada a alimentar o engenho de cana, que funcionava por meio de força hidráulica. Conforme dão conta informações orais, a água que o abastecia era obtida na nascente de um córrego situado cerca de oito quilômetros da propriedade. A água coletada era então transportada por meio de canais elevados até um reservatório de forma retangular (Figura 4D-E). Estruturas dessa ordem eram comuns nos engenhos coloniais brasileiros.<sup>36</sup> No caso de Goiás, eram de importância capital, tendo-se em vista a baixa

---

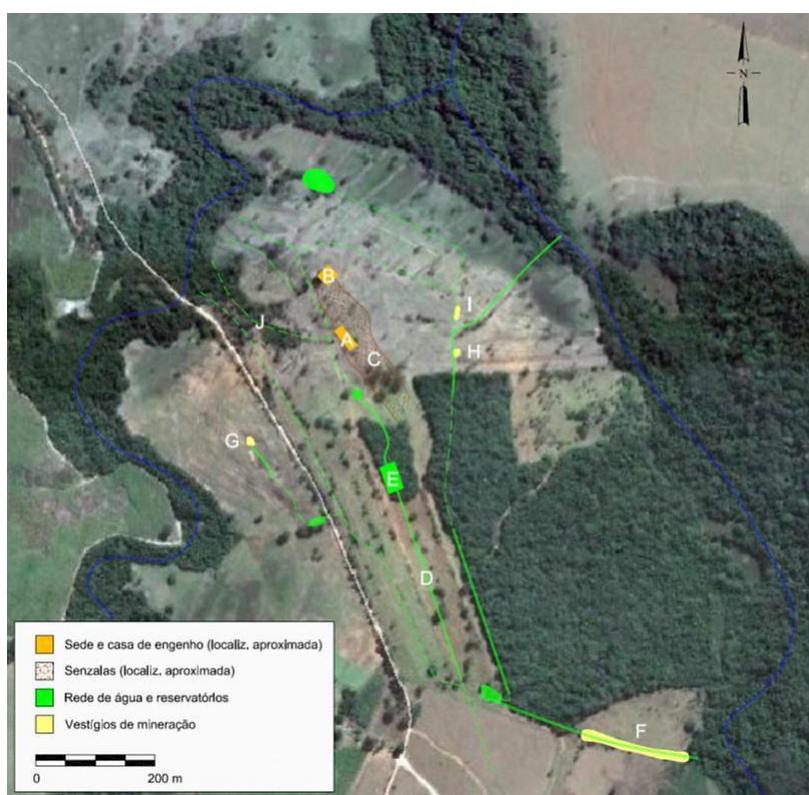
<sup>33</sup> Joaquim Pereira de Velasco e Molina foi chamado a viver em Goiás pelo tio, Francisco Xavier, quando ainda era menor de idade (Ofício de Joaquim Pereira de Velasco e Molina à Corte, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, 30.7.1794, CD-ROM). Tendo feito sua vida em Vila Boa, seguiu os passos do tio, passando por diferentes postos militares, até alcançar a posição de capitão-mor (Requerimento à Corte de confirmação de carta-patente feita por Joaquim Pereira de Velasco Molina, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2038, 11.5.1782, CD-ROM). É interessante também notar que pairavam desconfianças quanto à sua conduta, tendo sido ele acusado de praticar violências contra a população e cometer uma série de arbitrariedades (Carta à Corte do ouvidor-geral de Goiás, Diogo Miguel da Silva, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2175, 6.3.1785, CD-ROM).

<sup>34</sup> Em uma avaliação feita no engenho em 1784, 17 anos após a morte do capitão-mor, ele contava ainda com 153 escravos (Auto de avaliação dos bens do Engenho de Santo Izidro, Arquivo Histórico Ultramarino, IPEHBC, Doc. 2159, 30.7.1794, CD-ROM). Quando arrematado em 1806, contava com 69 escravos. Em 1828, seu número havia sido reduzido para apenas 31 escravos (Auto de inventário do Engenho de Santo Izidro, Acervo do IPEHBC, 16.9.1828).

<sup>35</sup> A localização da sede e casa de engenho foi obtida a partir de informações prestadas por moradores locais que viram parte dessas estruturas ainda de pé. No início deste século, foi feita a limpeza de parte do sítio por meio de maquinários, o que causou a perturbação parcial do registro arqueológico no local. Prospecções arqueológicas realizadas no ponto onde se situava a casa de engenho indicaram que essa estrutura foi destruída pela ação do maquinário. A localização da área das senzalas e anexos foi feita a partir da delimitação do material arqueológico existente em superfície e em nível subsuperficial, bem como pela presença de um sedimento escurecido, indicativo de atividade e circulação humanas. Escavações arqueológicas realizadas em diferentes pontos dessa parte do sítio indicaram a presença de pelo menos um piso de habitação, que pelas características sugerem a presença de uma habitação escrava.

<sup>36</sup> Guimarães e colaboradores (2007) assinalaram que, dado o alto custo de instalação e manutenção, os engenhos d'água (ou reais) eram geralmente restritos às elites. Eram, todavia, superiores em capacidade de

precipitação de chuva durante boa parte do ano. Desse reservatório partia então um canal que conduzia a água até o engenho de cana. O que, todavia, chamou atenção nesse sítio foi a presença de um número significativo de canalizações que se irradiavam dessa rede e estavam associadas à sondagem de ouro, cujo diagnóstico foi possível por meio de detecção de cascalho lavado ao longo do seu percurso (Figura 4, F-I). Elas indicam que o sistema de transporte de água empregado no processamento da cana foi aproveitado para a sondagem de ouro, cuja exploração exigia o uso da água. A configuração dessas redes paralelas, que se valeram do caimento do terreno, apresentou-se de forma desordenada, entrecortando a propriedade em muitos pontos e dando origem, inclusive, a processos erosivos, como no trecho mostrado na Figura 4 (ponto J).



**Figura 4** – Planta baixa do Engenho de Santo Izidro mostrando a localização dos vestígios ligados ao transporte e represamento de água (as linhas contínuas representam os dutos de água confirmados; as linhas pontilhadas representam os dutos inferidos). A) Localização aproximada da sede, B) Localização aproximada da casa de engenho, C) Área de localização das senzalas e demais anexos, D) Levada principal de água, E) Reservatório principal de represamento de água, F-I) Vestígios de atividade exploratória de ouro, J) Processo erosivo. Imagem aérea anteposta à planta: Google Earth.

produção aos que funcionavam por meio de tração animal. Segundo eles, “a implantação de um engenho desse tipo implicava a existência de condições geográficas favoráveis, principalmente no tocante à disponibilidade de água”. Pontuaram também que “para seu funcionamento, era necessário um sistema que implicava a construção de um canal para transporte de água até o engenho; além da implantação de bicas que permitissem o direcionamento da água para a roda”.

Nas áreas de mineração, não eram incomuns as chamadas “fazendas mistas”, que podiam combinar a indústria rural e a mineração aurífera (GODOY, 2004, p.2-4). Todavia, cumpre notar que na região detrás da Serra Dourada havia raríssimas áreas de exploração de ouro, sendo ela utilizada majoritariamente na produção de gêneros, razão pela qual um número muito significativo de sesmarias foi requerido nessa região.<sup>37</sup> A despeito da quase total inexistência de áreas de exploração de ouro, seu proprietário ocupou-se em desviar o curso da rede que abastecia o engenho de modo a tentar o diagnóstico desse mineral na propriedade.

A falta de uma disciplina que orientasse a captação e o uso da água nesse engenho de forma ordenada, bem como a quantidade exagerada de canais que o entrecortavam, não pode ser tida como casual ou produto de mero descuido. Nas mentes do período barroco, o sentimento de desordem íntima expressava um desejo de mergulhar na multiplicidade dos fenômenos, no fluxo das coisas, entendido como em perpétuo devir. Em função disso – e não por acaso –, as composições artísticas do período tendiam a possuir formas abertas, dinâmicas, e sempre dispostas a romper fronteiras (BAZIN, 1993, p.2). Sobravam nas artes plásticas as convolutas, as anamorfozes e as composições tumultuadas, saturadas por elementos muito difíceis de serem apreendidos no seu conjunto. Tomando de empréstimo, mais uma vez, as palavras de Maravall (1997, p.253-254), pode-se dizer que a mente barroca considerava o mundo como um “confuso labirinto”. É em função desse gosto pelo irregular e disforme que vem o termo “barroco”, um empréstimo do seu homônimo português, usado para descrever pérolas que apresentam imperfeições na sua forma. O termo se aplica ao caso dos canais existentes no Engenho de Santo Izidro com absoluta propriedade.

As características acima descritas podem ser exemplificadas por *A batalha das Amazonas*, de Rubens, que expressa como muita presteza a ideia de “confuso labirinto do mundo” (Figura 5). Um aspecto assinalado por Bazin (1993, p.67-68) acerca dessa pintura é que seu autor, assim como outros do período, foi capaz de criar um “organismo vivo, cujos elementos estão espontaneamente associados no relacionamento que é necessário para produzir uma ação”. Esse tipo de composição se explica por um desejo dos artistas do período de criar conflitos de forças e, a partir disso, fazer emergir as contradições a eles

---

<sup>37</sup> Duas fontes importantes indicam a presença de um número limitado de áreas de exploração aurífera na Serra Dourada: a *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*, que cita os rios auríferos do julgado de Vila Boa (BERTRAN, 1997b, p.116-118), e o *Mapa de Villa Boa de Goyás e tudo que pertence ao seu termo, 1758* (reprodução do mapa existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, AHU), que mostra as áreas auríferas exploradas no entorno de Vila Boa. Uma exceção foi a localidade situada entre Mossâmedes e a Serra Dourada, onde foram descobertas jazidas durante o governo de D. Luís de Mascarenhas (1739-1748) (SOUZA, 1849). Acerca do número de sesmarias existentes na região, foram possíveis, até o momento, a identificação e a localização de 27 solicitações, feitas entre os anos de 1750 e 1817.

inerentes (WEISBACH, 1934, p.21). A ideia e os princípios que orientavam essas composições-em-movimento podem ser estendidos à conformação das redes de canalização de água do Engenho de Santo Izidro, cuja organicidade e ramificações desmedidas revelam uma imbricação entre mineração e agricultura, forças concorrentes, mas todas elas relacionadas ao mundo em sua plenitude, em suas contradições e complexidades.



**Figura 5** – *A batalha das Amazonas*, Peter Paul Rubens, c. 1618.

### ***Autre temps, autres moeurs: Joaquim Alves e o Engenho de São Joaquim***

Um contraponto interessante para os aspectos acima examinados é o caso de Joaquim Alves e da sua propriedade, conhecida à época como Engenho de São Joaquim (atual Fazenda Babilônia), situada no atual município de Pirenópolis. Em muitos sentidos, e sobretudo no que diz respeito à sua visão de mundo, Alves pode ser considerado uma antítese de Francisco Xavier.

Joaquim Alves nasceu em um momento distinto da vida econômica na capitania, quando as jazidas de ouro já davam sinais de franco esgotamento. Nascido em Pilar no ano de 1770, Alves adquiriu uma das maiores fortunas de Goiás na primeira metade do século

19.<sup>38</sup> Tendo-se tornado órfão aos sete anos de idade, foi educado pelo padre jesuíta Antônio de Azevedo Batista. Em 1792, mudou-se para o Rio de Janeiro com o intuito de seguir a carreira eclesiástica. Após alguns insucessos, iniciou atividades como comerciante. Atuando como caixeiro-viajante, amealhou algumas economias e, com esse recurso, retornou a Goiás, estabelecendo-se em Meia Ponte (atual Pirenópolis). Começou então um lucrativo comércio interprovincial, o que lhe rendeu uma das maiores fortunas da província. Em breve, tornou-se também agricultor. Seu progresso nos negócios foi acompanhado da sua ascensão social e política, tendo ele desempenhado inúmeras funções seculares, militares, judiciais e administrativas, entre elas a de juiz de paz e comandante-geral. Ele ganhou inúmeras condecorações e títulos, incluindo o de comendador (COSTA, 1978, p.43-58; JAYME, 1943, p.32-41). Foi ele, ainda, o responsável pela criação do primeiro jornal de Goiás, a *Matutina Meiapontense*, publicado entre 1830 e 1834. Alves faleceu em 1851.

Na sua visão de mundo, foi influenciado por uma série de ideias do seu tempo, tendo sido ele colocado em contato com o Iluminismo, possivelmente por intermédio do seu tutor, e cujos princípios tiveram boa penetração no Brasil a partir da segunda metade do século 18 (MARCHANT, 1961; MAXWELL, 1996). O conteúdo da *Matutina Meiapontense*, que tinha Alves como proprietário, é uma evidência óbvia dessa influência, o que fez, aliás, com que muitos dos seus leitores o vissem como um dos responsáveis por trazer “as luzes” para Goiás.<sup>39</sup>

De acordo com Hampson (1968), o Iluminismo foi uma atitude mental. Talvez um dos aspectos mais significativos da sua influência sobre Alves tenha sido sua ênfase na benevolência, considerada um atributo inerente aos seres humanos. Um espírito “iluminado” deveria aceitar seus desígnios em oferecer bem-estar público. Indivíduos deveriam infundir em outros princípios de tolerância, ordem e obediência às normas, o que muitas vezes era prescrito com uma ênfase na simplicidade das ações, o que denotava

---

<sup>38</sup> Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, Arquivo do Cartório de Família de Pirenópolis, maço 14, n. 266, 1854.

<sup>39</sup> Na *Matutina Meiapontense* eram apresentados muitos aspectos correlatos com o Iluminismo, como aqueles ligados à “filosofia moral”, abordando temas como as virtudes morais, religiosidade e vida doméstica. Apresentava também artigos de caráter mais dogmático ligados, geralmente, à racionalidade e à lógica. Na arena política, o Iluminismo serviu de inspiração também para algumas das ideias de Alves, veiculadas na *Matutina*. Publicado após a independência do Brasil, esse jornal era contrário, em um extremo, ao Iluminismo despótico e, em outro, aos movimentos liberais, considerados como “anarquistas”. A *Matutina* defendia a monarquia constitucional, baseando seus argumentos nos direitos naturais dos seres humanos. Postulava o direito à propriedade, uso das leis como fonte primeira de justiça e o direito legítimo de todos os seres humanos à liberdade e resistência legal contra os déspotas. Essas posições terminaram por dar origem à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional em 1832, que, criada em Meia Ponte, tinha Alves como presidente.

virtude moral (HAMPSON, 1968). A influência desses princípios sobre Alves pode ser traduzida nas impressões dos viajantes e cronistas do século 19, para os quais tais atributos eram parte do seu caráter. De acordo com Saint-Hilaire (1975, p.98), que o conheceu por ocasião da sua passagem por Goiás em 1819, ele tinha um grande senso de justiça, espírito religioso, simplicidade e bondade. Ideias similares foram expressas por D’Alincourt (1953, p.91), que o descreveu como um homem benevolente e cheio de recursos, e Jayme (1971, p.327-330), que – baseado em testemunhos de pessoas que o conheceram –, retratou-o como possuindo um espírito humanitário. Na vila de Meia Ponte, era considerado um benfeitor. Oferecia remédio aos desamparados, subsidiava estudos para os jovens clérigos, amparava meninas órfãs e fazia donativos regulares à Igreja. Consideravam-no um “magnânimo” na comunidade (COSTA, 1978, p.63).

Alves, que fazia parte de uma elite ilustrada de Goiás, parecia seguir o princípio rousseauiano de que, se o ser humano puder manter sua natural benevolência e simplicidade, se distanciará da influência corruptora do meio. Parece, também, ter se inspirado na importância atribuída pelos iluministas aos valores morais e ao idealismo cívico, aspectos que terminaram associados à sua personalidade, tanto nas impressões colhidas pelos que o conheceram como nas páginas da *Matutina*, que retratava Alves como um devoto defensor da monarquia constitucional.<sup>40</sup> A partir de fins do século 18, princípios dessa ordem passaram a constar, com muita frequência, em diversas expressões artísticas e literárias da Europa. A pintura *O juramento dos Horácios*, de Jacques-Louis David, é um exemplo dessa nova orientação nas artes plásticas e auxilia na compreensão da importância que teve esse tipo de referência para pessoas como Alves (Figura 6). Essa tela se inspirou em um trecho de uma peça teatral sobre a história republicana de Roma, na qual os líderes daquele exército são forçados a enfrentar seus inimigos. Alinhados para o duelo, ambos os opositores decidem resolver o conflito em um combate envolvendo três irmãos de cada lado. Na tela, os irmãos romanos escolhidos aparecem jurando pelas suas espadas que iriam viver ou morrer por Roma. A posição rija e viril dos combatentes se opõe à forma curvilínea e suave das suas irmãs, cujos lamentos, ante sua coragem e zelo, são para eles inócuos. Ventiladas pela Revolução Francesa, as mentes do Iluminismo se voltam agora para o valor da integridade humana e para os ideais cívicos.

---

<sup>40</sup> Ver, por exemplo, as prescrições morais sobre o comportamento da mulher (*Matutina Meiapontense*, n. 276, p. 3-4, 2.1.1832; *Matutina Meiapontense*, n. 163, p. 3-4, 14.8.1833) e da educação infantil (*Matutina Meiapontense*, n. 122, p. 3-4, 2.12.1830). Acerca do idealismo cívico, ver as celebrações em homenagem à monarquia promovidas por Alves e descritas na *Matutina* (*Matutina Meiapontense*, n. 85, p. 2, 11.9.1830; *Matutina Meiapontense*, n. 179, p. 5, 21.5.1831).



**Figura 6** – *O juramento dos Horácios*, Jacques-Louis David, 1784.

Ainda que a vida de Alves não tenha sido livre de condutas questionáveis (SOUZA, 2007, p.68), cabe notar que, na sua visão de mundo e propagadas ações, ele opunha-se àquelas associadas a Francisco Xavier e seus contemporâneos. É interessante notar que ambos tinham status sociais muito semelhantes: eles eram ricos, senhores de muitos escravos, prestigiados e integrantes da elite social, política e militar da capitania. Diferiam, todavia, na forma como se construíram como figuras públicas. No caso de Alves, condutas orientadas por conflitos e violências foram substituídas por aquelas pautadas em uma simplicidade suave e alegada retidão moral. Afastando-se da corrupção existente na Europa e nas suas colônias – ações amplamente denunciadas por pensadores como Rousseau –, preocupou-se em dirigir sua conduta de modo a tornar salientes princípios morais e cívicos elevados.

Essa contraposição é ainda mais acentuada se considerada a forma como Alves procurou administrar os escravos do seu engenho, que contava com mais de cem cativos.<sup>41</sup> Ao que tudo indica, Alves possuía uma preocupação genuína em oferecer melhores

<sup>41</sup> Inventário de Joaquim Alves de Oliveira, Arquivo do Cartório de Família de Pirenópolis, maço 14, n. 266, 1854.

condições de vida aos seus escravos, conduzindo-os dentro de uma conduta humanitária, um tipo de preocupação que se popularizou no século 19, fortemente inspirada pelo Iluminismo (MARQUESE, 2004, p.169-192, 259-298). Segundo Pohl (1978), Alves costumava tratar seus escravos “com largueza”. De acordo ainda com outras crônicas (D’ALINCOURT, 1953, p.90-91; SAINT-HILAIRE, 1975, p.98-100), ele incentivava o casamento entre escravos e, após sua união, oferecia-lhes a própria casa. Mantinha-os bem alimentados e vestidos, procurava evitar que adoecessem, dispensava dos trabalhos as mães com crianças pequenas e oferecia uma série de incentivos para que eles desenvolvessem, nas horas vagas, atividades agrícolas e comerciais em seu próprio benefício. Obviamente, a interpretação de medidas dessa natureza exige cautela, na medida em que, conforme outras evidências indicam, nem sempre elas eram efetivas. Há, por exemplo, indícios de que as condições de saúde dos escravos que viviam no Engenho de São Joaquim foram tão precárias quanto em outras propriedades (SOUZA, 2010:83-93). Essas medidas também não servem de indicador de que a escravidão nesse engenho tenha sido melhor do que em outras partes, sobretudo porque esse é um debate infrutífero e desnecessário, tendo-se em vista que, conforme assinalou Marvin Harris (1969, p.44-45), a instituição da escravidão foi ruim em toda parte, não importando a sua feição. Assim como outros proprietários, Alves agia visando, antes de tudo, interesses próprios e certamente tinha conhecimento de que esse tipo de tratamento poderia lhe trazer benefícios imediatos. O que é razoável considerar é que Alves estava dispensando certos cuidados aos seus escravos que não eram comumente seguidos por outros proprietários naquele contexto. Um texto publicado na *Matutina* expôs princípios semelhantes aos que Alves procurava seguir, aliando uma preocupação humanitária com o vislumbre dos benefícios decorrentes desse tipo de medida:

Hum senhor orgulhoso, e soberbo, que, sem consideração para com os direitos da humanidade, acabrunha seus domésticos com o pezo da servidão, hé um barbaro nascido para a desgraça de seus semelhantes, hé um ser desprezível, que seo orgulho o nivella com os brutos. Hum senhor afável e humano se compadece da sorte desgraçada de seus domésticos, e toma em consideração no quanto pode mitigar a sua miséria; sensível aos seus sofrimentos, elle procura aliviar o pezo da condição abjeta em que se achão colocados. Quando uza-se da autoridade, que os submete a sua obediencia tem cuidado em tomar a rasão sempre como regra para os persuadir, e assim consegue tanto o amor, como o respeito de todos (...) Hum tal senhor é hum pai respeitavel, que por sua família olha. O outro, pelo contrário, hé um monstro que faz gemer a humanidade.<sup>42</sup>

<sup>42</sup> *Matutina Meiapontense*, n. 171, p. 4, 10.4.1831. Esse texto é um excerto da obra *L’Homme conduit par la raison* (ANÔNIMO, 1770).

Alves procurou não só contrapor-se a muitas das práticas associadas ao século 18 em Goiás, mas também propor uma enfática mudança na economia regional: da mineração do ouro para a agricultura. Conforme assinalou Saint-Hilaire (1975, p.98), que passou alguns dias na sua propriedade, ele não só rejeitava a mineração como alternativa econômica, mas também apontava a pecuária como forma de redimir Goiás dos seus males. Nesse sentido, seu engenho, que foi construído em 1800, pode ser considerado como uma representação da sua visão e a de uma elite ilustrada que vivia na província.

Neste ponto, e para fins comparativos, é útil um exame do sistema de captação e uso da água no Engenho de São Joaquim, que diferia, em muitos aspectos, daquele empregado em Santo Izidro, podendo ser também relacionado à visão de mundo do seu proprietário (Figura 7). Combinando o uso de fontes documentais, evidências arqueológicas e dados sobre a topografia do terreno, foi possível uma reconstituição hipotética de parte significativa das estruturas presentes no Engenho de São Joaquim durante a primeira metade do século 19 e do percurso da água próximo à sede (Figura 8).<sup>43</sup>



**Figura 7** – Vista da fachada do Engenho de São Joaquim.

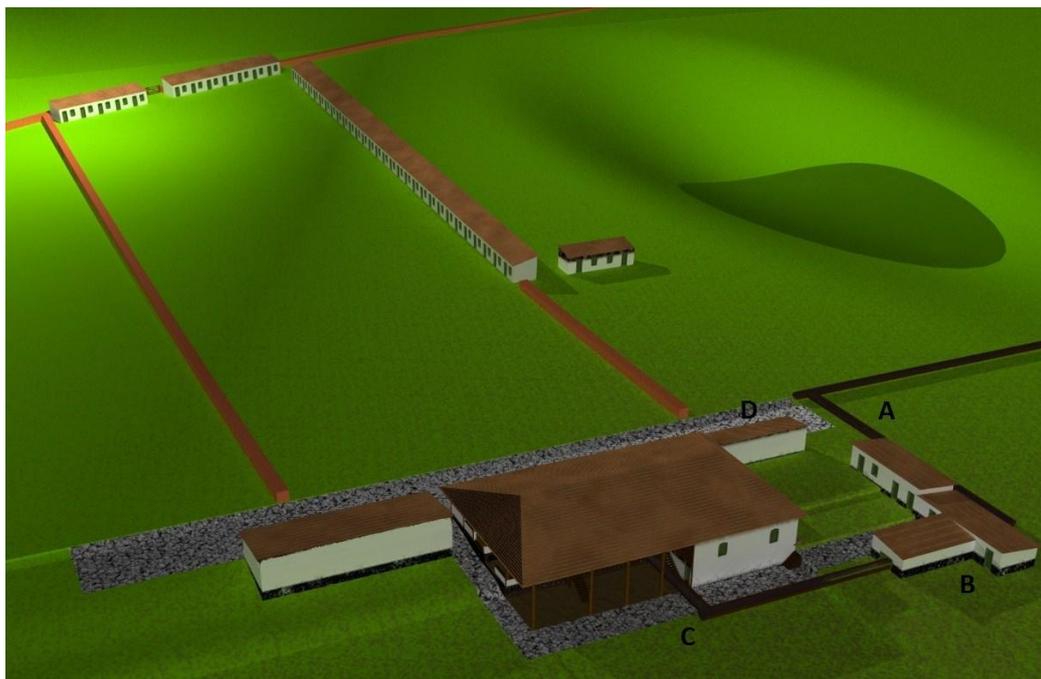
---

<sup>43</sup> Essa reconstituição foi baseada, principalmente, nos dados provenientes das pesquisas arqueológicas realizadas nesse sítio (SOUZA, 2007; 2010, p.111-112,277-288; 2011,2012). De forma complementar, foram consideradas fotografias antigas da propriedade (SOUZA, 2010, p.277-288) e a análise do edifício-sede realizada por Moura (2004). A respeito dos espaços nessa propriedade, ver também a importante pesquisa realizada por Oliveira (2004).

Nesse engenho, a água era captada no açude do Paredão, um dique construído nas nascentes do córrego homônimo e situado cerca de dois quilômetros do seu edifício principal.<sup>44</sup> A casa de moenda, que estava instalada no mesmo corpo que a sede, recebia as águas provindas do açude por meio de um engenhoso sistema de transporte e aproveitamento, que foi descrito em detalhes por Saint-Hilaire (1975, p.99). Segundo ele, a água do engenho não era empregada só na moagem da cana, mas também no processamento do algodão e da mandioca, o primeiro vendido por Alves no comércio interprovincial e a segunda destinada para o sustento dos escravos. Ao chegar próximo à sede, a água passava por um bicamente, cujos vestígios ainda existem no local (Figura 8, A). Em seguida, passava por trás de um pequeno pavilhão, até chegar à casa de moagem de algodão, onde havia 12 máquinas descaroçadoras, movidas por um tambor horizontal tracionado pela água. Seguindo seu percurso, passava por baixo do assoalho de uma edificação construída sobre estacas e usada para ralar mandioca (Figura 8, B). Uma roda colocada em posição horizontal era movida então pela água, que caía de uma calha em plano inclinado. Essa roda movia outra, que era revestida por um ralo de metal, usado no processamento da mandioca. A água seguia então até a casa de moagem, possivelmente por meio de um conjunto de bicas (Figura 8, C). Essa canalização apresentava um único desvio, que, situado na frente da propriedade, se aproveitava do calçamento de pedras aí existente (Figura 7, primeiro plano; Figura 8, D). Esse desvio podia ser usado como ladrão durante os períodos de entressafra ou quando havia excesso de disponibilidade de água, um recurso comumente utilizado nos engenhos brasileiros (GUIMARÃES, 1996, p.107).

---

<sup>44</sup> Um registro paroquial de 1854 indicava que esse açude “Conduzia no outro tempo água para o Engenho”, sugerindo que ele não estava mais em uso àquela época (COSTA, 1978, p.98). Esse açude aparece representado em um croqui feito em 1874 e intitulado “Tabella ou mappa que mostra as [ilegível] das partes de terras e campos de criar q vende ao snr. Pe. Simião annexas as benfeitorias do Engenho de S. Joaquim” (Luiz Thomaz de Aquino, Meia Ponte; acervo pessoal de Telma Lopes Machado). De acordo com fontes orais, esse dique teria sido construído por escravos, tendo, aliás, muitos deles morrido em um colapso parcial dessa estrutura, durante sua construção (Telma Lopes Machado, comunicação pessoal, 11.12.2007).



**Figura 8** – Reconstituição hipotética do Engenho de São Joaquim mostrando o percurso feito pela água até chegar à casa de moagem. A) Passagem da água para dentro da propriedade por meio de bica, B) Passagem da água pelo local provável das casas de descarregar algodão e ralar mandioca, C) Condução até a casa de moenda, D) Vazão secundária da água, passando pela frente da propriedade.

Esse uso otimizado da água para a produção de gêneros não era frequente, tanto em Goiás quanto no Brasil, razão pela qual Saint-Hilaire ocupou-se em oferecer uma descrição detalhada de tudo o que viu. Esse sistema, bastante engenhoso no seu conjunto, demonstra que Alves preocupava-se em utilizar técnicas inovadoras para o processamento de gêneros, de modo a maximizar a produção na sua propriedade. Mais uma vez, suas preocupações coincidem com ideias veiculadas na *Matutina*, que com frequência publicava artigos sobre a importância da observação, conhecimento científico e uso do raciocínio na agricultura.<sup>45</sup> Nessa discussão, é interessante notar que havia, no fim do período colonial, uma relação próxima entre a agricultura e o Iluminismo. O começo do século 19 foi um período no qual houve grande valorização do conhecimento científico sobre os jardins botânicos e sobre a adaptação e disseminação de espécies vegetais no Brasil. De modo geral, os autores dedicados ao tema preocuparam-se em dar grande atenção às formas de reduzir os custos e aumentar a produção de gêneros (GALLOWAY, 1979). Outro aspecto interessante para a presente discussão é a ênfase dada por esses autores à importância social de tais práticas, assinalando, por exemplo, que, se a produção da mandioca – considerada o “alívio dos pobres” – pudesse ser intensificada, seria possível uma promoção

<sup>45</sup> Ver, por exemplo, *Matutina Meiapontense*, n. 376, p. 4, 13.10.1832; *Matutina Meiapontense*, n. 378, p. 3-4, 20.10.1832.

mais efetiva do bem-estar social (GALLOWAY, 1979, p.773).<sup>46</sup> Levando em conta o que foi dito até aqui, é possível considerar que o uso da água em São Joaquim foi orientado, por um lado, pelo interesse em maximizar a capacidade produtiva do engenho, de modo a produzir maiores rendimentos, o que seria possível pelo uso racional dos recursos, e, por outro, pelo interesse em oferecer melhores condições de vida aos seus escravos, possível por meio do incremento da produção de gêneros como a mandioca e maior disponibilidade desse gênero para sua alimentação.

Alves se opunha à mineração e proibia os seus escravos de se envolverem nesse tipo de atividade (D'ALINCOURT, 1953, p.90-91). Como se poderia esperar, não foi encontrado nenhum vestígio de exploração de ouro durante as pesquisas arqueológicas conduzidas nesse sítio. O uso da água no Engenho de São Joaquim obedeceu a princípios bastante distintos daqueles seguidos no Engenho de Santo Izidro. Alves empregou na criação desse sistema, seguindo princípios iluministas, a razão e o conhecimento científico, de modo a maximizar a produção e prover alimentos aos seus escravos. O sistema de água utilizado no Engenho de São Joaquim – assim como no caso de Santo Izidro – estava intimamente relacionado à visão de mundo do seu proprietário.

## Conclusão

Focando o caso de Francisco Xavier Leite de Távora e da sua propriedade, o Engenho de Santo Izidro, argumentou-se que a experiência humana em Goiás no século 18 estava fortemente impregnada da visão de mundo barroca. Se essa perspectiva é considerada, é possível o entendimento de muitas das lógicas que orientaram as ações, percepções e experiências daqueles que viveram naquele século. Torna-se possível também o entendimento de que o conceito de decadência e outras mazelas apontadas para Goiás – assim como o caráter alegórico e festivo de muitas das práticas sociais do período – são categorias historicamente situadas, tal como propôs a historiografia goiana antes da obra de Chaul (1997).

Embora este texto tenha se concentrado em aspectos ligados a alguns dos temas mais explorados nas discussões sobre o século 18 em Goiás, pode-se considerar que a visão

---

<sup>46</sup> A esse respeito, ver também Kury (2004). Nessa discussão, é necessário considerar que no período contemplado ocorreu a disseminação das teorias fisiocráticas, também importantes para o distanciamento das práticas mercantilistas e a valorização da economia rural (Acerca do contexto luso-brasileiro, ver especialmente ALMODOVAR; CARDOSO, 1998; CARDOSO, 2000; COUTINHO, 2011).

de mundo barroca perpassava outros setores da existência na região. Em outro trabalho, por exemplo, propus que a criação de uma cultura *kitsch* em Goiás, caracterizada pelo estabelecimento de repetições materiais estandardizadas e respondendo a um consumo manipulado, traço também diagnóstico do mundo barroco, deu origem a um importante sistema de compartilhamento de práticas culturais e sociais na região (SOUZA, 2000, p.52-54; 2002).

O objetivo de utilizar imagens de artistas europeus neste texto foi procurar demonstrar a inserção de visão de mundo dos habitantes das minas de Goiás na atmosfera barroca. Negar associações dessa ordem se presta apenas a um fim, já questionado na primeira parte deste texto: aquele que, por um lado, insiste em excluir Goiás do mundo do qual fazia parte e, por outro, colocá-lo no campo das construções ligadas a temporalidades outras. Cabe aqui considerar que o conceito de visão de mundo refere-se a um entendimento de mundo compartilhado por indivíduos que se identificam com um dado grupo e seus referenciais.<sup>47</sup> Negar que as elites brancas de Goiás se prendiam a uma visão de mundo ancorada em referenciais europeus coevos é o mesmo que negar que os africanos trazidos para as Américas e seus descendentes possuíam uma visão de mundo destituída de referenciais da sua cultura de origem.

Essa percepção, evidentemente, não exclui a possibilidade de o barroco em Goiás ter adquirido nuances específicas, assim como aconteceu em outras regiões das Américas. Sabe-se que, muito além da sua origem católica e italiana, o barroco se disseminou por regiões muito diversas, ganhando diferentes contornos a partir dos seus elementos mais fundamentais, conforme vêm pontuando influentes pesquisadores (ÁVILA, 1967,1971; SILVA, 1998). Embora não manifestado em expressões artísticas monumentais e de notável criatividade artística, tal como aconteceu em outras partes do Brasil, a penetração do barroco em Goiás aconteceu de forma mais súbita e sutil, não obstante sua evidente relevância para a construção das relações sociais e culturais aí estabelecidas.

A construção de discursos pós-modernos tem subtraído do debate acadêmico os nexos e sentidos relacionados ao século 18 em Goiás, bem como o envolvimento das pessoas que viveram nesse período, na construção de realidades que, nos séculos seguintes, seriam negociadas, repensadas e revistas. Enquanto as mentes do barroco tendiam ao conservadorismo, as do Iluminismo estavam sempre dispostas a acolher a mudança. Atores que faziam parte de uma elite ilustrada em Goiás do século 19 e que tinham em Alves um dos seus mais importantes expoentes estavam amplamente

---

<sup>47</sup> Alguns estudos demonstram magistralmente essa relação. Na Arqueologia, ver, por exemplo, *In small things forgotten* (DEETZ, 1977).

interessados em promover uma transformação econômica na região. Movidos por ideais cívicos e ventilados pelos movimentos sociais daquele período, esses personagens foram agentes de uma transformação que culminaria com uma significativa mudança ideológica em setores influentes das esferas de poder em Goiás.

É importante, finalmente, salientar que a percepção de mundo barroca em Goiás não exclui outras ontologias. Vivia na região um número considerável de escravos com diferentes etnicidades e, obviamente, diferentes formas de ver o mundo e apreender a realidade. O mesmo é válido para o caso dos indígenas que aí viveram. Este texto se concentrou na visão de mundo de um setor específico da sociedade daquele período, composta por um grupo de europeus e seus descendentes, membros de uma elite regional letrada que foi capaz de perpetuar a própria história por meio dos registros escritos, muitos deles estudados pela historiografia goiana. Portanto, faz-se necessário assinalar que existiram em Goiás do século 18 ontologias concorrentes que, por sua vez, estavam sujeitas a inúmeras negociações e injunções.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRE, J. M. P. D. **Anais da Província de Goiás**. Goiania: SUDECO / Governo do Estado de Goiás, 1979.

ALMEIDA, A. W. B. D. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. 2a edição. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMODOVAR, A.; CARDOSO, J. L. **A history of Portuguese economic thought**. New York: Routledge 1998.

ANÔNIMO. **L'Homme conduit par la raison**. Paris: Chez Pillot, 1770.

ÁVILA, A. **Resíduos seiscentistas em Minas; textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco**. Belo Horizonte, : Centro de Estudos Mineiros, 1967.

\_\_\_\_\_. **O lúdico e as projeções do mundo barroco**. São Paulo: Editôra Perspectiva, 1971.

ÁVILA, A.; SANTOS, C. A. **Iniciação ao barroco mineiro**. São Paulo: Nobel, 1984.

AZEVEDO, M. D. **O Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 1969.

BARATA, C. E. D. A.; BUENO, A. H. D. C. **Dicionário das Famílias Brasileiras**. 1999. CD-Rom

BARDI, P. M. Introdução. In: CIVITA, V. (Ed.). **Arte no Brasil**. São Paulo: Abril, 1982. p.9-21.

BAZIN, G. **Aleijadinho et la sculpture baroque au Brésil**. Paris: Le Temps, 1963.

\_\_\_\_\_. **O Aleijadinho**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

\_\_\_\_\_. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BERNSTEIN, R. J. **Beyond objectivism and relativism : science, hermeneutics, and praxis**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: BERTRAN, P. (Ed.). **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Solo Editores, v.2, 1997a. p.1-20.

\_\_\_\_\_. **Notícia geral da capitania de Goiás em 1783**. Brasília: Solo Editores, 1997b.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

BURY, J. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. Brasília: IPHAN/Monumenta, 2006.

CARDOSO, C. F. S. "A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa – 1750-1822. In: LINHARES, M. Y. L. (Ed.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.111-126.

CHAIM, M. M. **Aldeamentos indígenas (Goiás, 1749-1811)**. São Paulo: Nobel, 1983.

CHAUL, N. N. F. **Caminhos de Goiás : da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora UCG/ Editora UFG, 1997.

COSTA, D. **Water and War at Pyreneus Mountains: Historical Eco-Archaeology of Lavras do Abade**. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

COSTA, L. C. B. F. D. **Arraial e coronel. Dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.

COUTINHO, M. C. José da Silva Lisboa: to what extent a Brazilian Liberal? , XXXIX Encontro de Economia ANPEC, 2011. Foz do Iguaçu. ANPEC.

D'ALINCOURT, L. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1953.

DEETZ, J. **In small things forgotten : the archaeology of early American life**. Garden City, N.Y.: Anchor Press/Doubleday, 1977.

DOLES, D. E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.

FUNES, E. **Goiás: 1800-1850: um período de transição da mineração à agrupecuária**. Goiânia: Editôra da UFG, 1986.

GALLOWAY, J. H. Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil. **Agricultural History**, v. 53, n. 4, p. 763-779, 1979.

GEERTZ, C. **The interpretation of cultures**. New York: Basic Books, 1973.

\_\_\_\_\_. **Works and lives : the anthropologist as author**. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1988.

GODOY, M. M. Fazendas diversificadas, escravos polivalentes: caracterização sócio-demográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucazeiras de Minas Gerais no século XIX. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004. Caxambu. ABEP.

GUIMARÃES, C. M. Mineração colonial e arqueologia: potencialidades. **Revista de Arqueologia**, v. 9, p. 55-64, 1996.

GUIMARÃES, C. M.; NASCIMENTO, É. L. M.; VELOSO, G. P. Arqueologia e campesinato: vestígios de uma categoria social. **Vestígios**, v. 1, n. 1, p. 95-131, 2007.

HAMPSON, N. **The Enlightenment**. Harmondsworth: Penguin, 1968.

HARDING, S. G. **Whose science? Whose knowledge? thinking from women's lives**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1991.

HARRIS, M. The Myth of the Friendly Master. In: FONER, L. e GENOVESE, E. D. (Ed.). **Slavery in the New World**. New York: Walker and Company, 1969. p.38-47.

HODDER, I. **Entangled : an archaeology of the relationships between humans and things**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2012.

JAYME, J. **Cinco vultos meiapontenses. Ensaio bibliográfico.** São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1943.

\_\_\_\_\_. **Esboço Histórico de Pirenópolis.** Pirenópolis: Prefeitura Municipal de Pirenópolis, 1971.

KEARNEY, M. World view theory and study. **Annual Review of Anthropology**, v. 4, p. 247-270, 1975.

KURY, L. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **Manguinhos**, v. 11, p. 109-129, 2004.

LATOUR, B. **Pandora's hope : essays on the reality of science studies.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999.

LIMA FILHO, M. F. O futuro do passado da cidade de Goiás: gestão, memória, identidade. **Habitus**, v. 1, n. 2, p. 447-459, 2003.

LISBOA, B. D. S. **Annaes do Rio de Janeiro contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação de cidade com a história civil e ecclesiastica, até a chegada d'el-nei Dom João VI, além de noticias topographicas, zooligicas e botanicas.** Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835.

MARAVALL, J. A. **A cultura do barroco.** São Paulo: EDUSP, 1997.

MARCHANT, A. Aspects of Enlightenment in Brazil. In: WHITAKER, A. P. (Ed.). **Latin America and the Enlightenment.** Ithaca, N.Y.: Harper & Row, 1961. p.95-118.

MARQUESE, R. D. B. **Feitores do corpo, missionários da mente : senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MAXWELL, K. **Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, S. D. **barroco mineiro.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORAES, C. D. C. P.; PEREIRA, A. R. D. A nobreza na capitania de Goiás na perspectiva dos domínios ultramarinos. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, n. 1, p. 97-107, 2014.

MORAES, M. A. S. A. **História de uma oligarquia: os Bulhões.** Goiânia: Oriente, 1978.

OLIVEIRA, A. M. V. D. **A casa como universo de fronteira.** 2004. (Tese de doutorado). Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PALACIN, L. **Subversão e corrupção : um estudo da administração pombalina em Goiás**. Goiânia: UFG Editora, 1983.

\_\_\_\_\_. **O século do ouro em Goiás, 1722-1822**. 4a edição. Goiânia: UCG Editora, 1994.

PALACIN, L.; GARCIA, L. F.; AMADO, J. N. **História de Goiás em documentos**. Goiânia: Editora UFG, 1995.

PINHEIRO, A. C. C. **Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições**. 2003. (Dissertação de mestrado). Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

POHL, J. E. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

REED, I. A. Epistemology contextualized: social-scientific knowledge in a postpositivist era. **Sociological Theory**, v. 28, n. 1, p. 20-39, 2010.

SÁ JUNIOR, M. T. D. A cor do feitiço: práticas e praticates de magia e feitiçaria no Mato Grosso setecentista. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n. 6, p. 129-174, 2010.

SAHLINS, M. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SAINT-HILAIRE, A. D. **Viagem à província de Goiás**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SALGUEIRO, H. A. **A singularidade da obra de Veiga Valle**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1983.

SANTOS, B. C. C. Os senhores do tempo: a intervenção do bispado na procissão de Corpus Christi no século XVIII. **Tempo**, v. 18, n. 33, p. 165-190, 2012.

SILVA, J. T. D. O barroco como conceito. In: SCHUMM, P. (Ed.). **Barrocos y Modernos. Nuevos caminos en la investigación del Barroco iberoamericano**. Frankfurt am Main: Vervuert- Iberoamericana, 1998. p.289-304.

SOUZA, A. D. S. E. Memória sobre o governo, população, e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 16, n. 4, p. 65-510, 1849.

SOUZA, L. D. M. E. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SOUZA, M. A. T. D. **Ouro Fino. Arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás**. 2000. (Dissertação de mestrado). Departamento de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

\_\_\_\_\_. Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, A. e SENATORE, M. X. (Ed.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul. Cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002. p.63-85.

\_\_\_\_\_. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim. **Vestígios**, v. 1, n. 1, p. 59-92, 2007.

\_\_\_\_\_. **Spaces of difference: an archaeology of slavery and slave life in a 19th century Brazilian plantation**. 2010. (Tese de doutorado, PhD). Department of Anthropology, Syracuse University, Syracuse, USA.

\_\_\_\_\_. A vida escrava portas adentro: Uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. **Maracanan**, v. 7, p. 83-109, 2011.

\_\_\_\_\_. Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: ANDRADE, R. D. e MACEDO, J. D. (Ed.). **Aqueologia na Paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012. p.34-59.

TAMASO, I. M. Relíquias e patrimônios que o rio vermelho levou. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C., *et al* (Ed.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.119-220.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WALLACE, A. F. C. **Culture and personality**. New York, : Random House, 1961.

WEISBACH, W. **Arte Barroca**. Barcelona: 1934.

WYLIE, A. **Thinking from things : essays in the philosophy of archaeology**. Berkeley: University of California Press, 2002.